

A importância da Ilustração, do Iluminismo e da Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Cidadãos de 1789 na Europa e por extensão, no mundo, foi fulcral para a instauração da democracia no mundo de hoje e a consecução da implantação dos Direitos Humanos que hoje regem a legalidade internacional. Os anos a seguir foram conformadores da realidade que hoje temos, com conquistas importantíssimas na evolução material, moral, espiritual, legal e política do ser humano.

Os acontecimentos vividos na Europa e na América durante os séculos XVIII e XIX marcaram a fogo o pensamento e a forma de perceber a sociedade: o republicanismo, o liberalismo, o pensamento socialista, as independências americanas, as revoluções de 1820, 1830, 1848 (a) e posteriormente o movimento revolucionário russo a final do XIX e começo do XX assentam as ideias de como percebemos a democracia (b).

Estas conquistas são direitos irreversíveis, inalienáveis e sagrados, fruto do crescimento do ser humano como ser em constante evolução. Certo, que toda ação tem a sua reação, é um princípio natural, e foi assim que também durante o século XX nasceram vários movimentos que negavam ou se opunham à aplicação deste direitos conseguidos a base de luta e sacrifícios. Foi assim que surgiu o fascismo italiano, o nazismo alemão e mesmo outras formas de totalitarismos como foi o salazarismo em Portugal ou o franquismo na Espanha. Todos eles com características comuns sempre baseados na ditadura de um líder carismático, autoritário e negador das mais básicas necessidades políticas e sociais humanas.

A evolução da sociedade depois da Segunda Guerra Mundial, o estabelecimento dos dois blocos conformadores da Guerra Fria e a necessidade de reconstrução dos países envolvidos na conflagração acontecida entre 1939 e 1945 levou a pôr as ideias fascistas muito longe dos países que sofreram o conflito. Contrariamente ficaram, no entanto, muito presentes, vivas e em vigor em outras regiões, como nos países ibéricos ou em vários países americanos nos que subsistiu até tempos bem recentes impulsionados justamente pelos movimentos de geopolítica e geoestratégia que os EUA levavam a cabo para conter o seu inimigo comunista.

Depois da Revolução dos Cravos em 1974 e da morte de Francisco Franco em 1975, o fascismo deixou de rondar pela Europa, começando um processo de integração política, económica e social que levaria à transformação da CEE na União Europeia onde o fascismo não tinha cabida. A queda da URSS e os seus satélites transformou o mundo mas o fascismo

estar muito evidente em algumas sociedades americanas e europeias.

Na Galiza a chamada “Transição democrática” ou “Reinstauração Bourbónica” trouxe consigo uma mudança da situação política que implicaria a criação dum poder autónomo, com instituições galegas, com a oficialização da língua dos galegos e com uma vida política e económica própria que redundaria num período de maturação duma sociedade estancada desde havia muito tempo. Certo que outras nações ou regiões do Reino da Espanha aproveitaram mais e melhor a conjuntura por estarem governadas por grupos políticos defensores dos interesses das suas terras e das suas gentes.

Desde as primeiras eleições em 1981 e fruto duma secular conformação social gerada por uma situação de dependência, marginalização e domínio de grupos dirigentes que nunca defenderam o País, governaram os herdeiros do franquismo que levaram a cabo um processo subtil, pausado e dissimulado, impercetível para a maior parte da sociedade galega, de esvaziamento da capacidade de autogoverno que se manifesta a dia de hoje num desconhecimento da História do País e das razões que sustentam a necessidade de reafirmação da condição de “Nacionalidade Histórica” reconhecida legalmente desde finais dos 70.

Neste contexto político-social, desde a rutura do consenso pós-franquista a partir do governo de Aznar e da necessidade de algumas nações peninsulares de se reafirmarem como tais, surge uma discórdia na que a Galiza não conta para nada. É o conflito de Catalunha. Nessa situação de briga entre Madrid e Barcelona, com a observância basca, o contexto político no Reino muda aparecendo na cena política novos partidos de obediência madrilenos e que em nada valorizam as autonomias das nações e regiões do Estado. Mais ainda, veem essa forma de administração como uma ameaça para a unidade do seu Estado nacionalitariamente castelhano.

A Galiza, que leva desde a chegada de Manuel Fraga à presidência da Junta da Galiza em estado de hibernação política após uns interessantíssimos anos 80, temos uma involução importante no que diz respeito das conquistas alcançadas pelos nossos históricos galeguistas e manifestadas a partir da morte do ditador em forma de instituições autónomas para o nosso País. Por se fosse pouco dous partidos, um de direita e outro de ultra-direita, recentemente surgidos e impulsionados desde obscuras instâncias do poder madrileno ocultas aos olhos da sociedade e que em breve poderiam entrar nas altas entidades político-

administrativas da Galiza recuperam elementos próprios do fascismo franquista pondo em perigo as débeis estruturas autónomas galegas.

A chefia desses partidos, levada por líderes nascidos na Catalunha e no País Basco -não há nada ao azar- propugnam a supressão das autonomias, a eliminação das línguas não castelhanas da administração e o controlo e gestão do Ministério de Cultura desde Madrid. A filosofia do hegemonismo e dominância de expressões culturais tópicas e tipicamente espanholas que em nada enriquecem nem representam as outras culturas do Estado começa a fazer-se viral entre os votantes espanhóis, de forma que a tauromaquia, tirando-lhe importância e valor ao maltrato animal ou expressões culturais ou artísticas identificadas como características espanholas (c) passam a recuperar a importância por cima de outras expressões nacionais como tinham em épocas franquistas.

Essa necessidade de reafirmação nacional supremacista e baseada num certo darwinismo nacionalitário, onde o “espanhol” é de categoria superior ao galego, ao basco, ao catalão, e sentida como uma ofensa se for questionada e supostamente substituída em determinados territórios do Estado, nomeadamente nas “regiones bilíngues”, por outras manifestações nacionais autóctones e diferentes à castelhano-espanhola. Contra isso, só caberia operar “con energia”, isto é, de maneira mais ou menos violenta, com episódios agressivos e desrespeitosos destinados a superar e se impor a manifestações expressamente “anti-espanholas” contra as que seria lícito defender-se de todas as maneiras possíveis.

Esta implícita chamada à violência implicaria uma liberalização, legalização e promoção da venda de armas para poder impor a sua realidade sem obstáculos, os quais ficariam mais e melhor superados com um poder político autoritário e um fortalecimento do Estado na sua função repressiva. Evidentemente essa fortaleza do Estado não se manifestaria no que diz respeito dos serviços públicos, que seriam assunto secundário e de menor importância do que a imposição do modelo nacionalitário propugnado. A desigualdade estaria garantida e a hegemonia social de uns sobre outros seria a norma.

O ultranacionalismo espanhol leva nestes partidos a uma sobrevalorização das próprias capacidades e das bondades de caminhar sem aberturas a nada nem a ninguém fora das fronteiras do Reino. A proposta da anulação do Tratado de Schengen por parte de alguma dessas forças políticas é sintomática, assim como a sua necessidade de exercer o protecionismo económico dos sectores produtivos espanhóis, que evidentemente não são os

galegos, desprotegidos e desprezados estes últimos desde há décadas. A prosperidade dos indivíduos passa-se por se aliarem com um projeto nacional totalitário e partidista, quer dizer, todos devem seguir um modelo de espanholidade longe de particularismos e ajustado no económico aos objetivos de Estado. Algo que na Galiza se vem praticando com o chamado “caciquismo” desde há muito tempo pelo partido que governa a Junta seguindo a premissa de “Se és afim, tens trabalho, mas se não és afim ou ficas no desemprego, ou emigras ou vais pedir esmola à porta da Catedral”.

Este neo-franquismo do século XXI tem a necessidade de exercer uma forte ré-centralização do Estado e um exacerbado ultra-nacionalismo espanhol de signo castelhano no se inclui uma importante dose de xenofobia, racismo e intolerância a qualquer outra manifestação nacional diferente do considerado tradicionalmente espanhol que lembra épocas obscuras. Com amplas doses de populismo e uma grande oposição às línguas não castelhanas negam-se os mais básicos direitos de milhões de pessoas dentro do Reino (d) com uma expressa e manifesta vontade de fechar meios de comunicação e de expressão em catalão, basco ou na língua dos galegos. Essa negação da imprensa livre, da livre informação e do direito humano de uso por via mediática das diferentes línguas impugna os mais básicos direitos conquistados durante os últimos anos veta empresas que exercem como serviços públicos de informação, alguns, críticos com esse extremismo nacionalista de signo espanholista. Como dado diremos que nas últimas eleições ao Parlamento espanhol, algum desses partidos negou o exercício do seu labor em campanha eleitoral às televisões galega, basca e catalã por funcionarem nas suas respetivas línguas (e)

A cousa não fica aí. Já longe da promoção do fascismo por parte das instituições espanholas e dos média há uma outra formação política, esta de esquerda, destinada desde o primeiro momento a apagar dissidências centrífugas nos territórios onde outros sentimentos nacionais se fazem sentir. Na Galiza também irrompe para ocupar um espaço que historicamente tem ocupado o BNG (Bloque Nacionalista Galego), partido de esquerda e programaticamente defensor da nação galega, a sua língua, a sua cultura, os seus interesses materiais e o seu auto-governo. Talvez a própria e histórica Espanha imperial cansou de ser generosa com as identidades e mude a sua atitude para destruir o que permitiu construir há quatro décadas. Mas o pior de tudo isto para os galegos é que a estrutura partidária do nosso País está intervida e quase destruída.

Durante os anos 90, uma vez que chegou Manuel Fraga, destruiu a direita galega sob as

siglas de C.G. (Coligação Galega) que desde dentro do próprio sistema poderia ter construído uma entidade política galega autónoma forte como são a dia de hoje o País Basco ou Catalunha à vez que crescia a esquerda galega da mão do BNG. Mas chegados a este ponto da história e depois de ver-se minorizado o Bloco em relação às épocas finais dos anos 90 quando chegou a ser a segunda força política mais votada, e começos do presente século quando mesmo chegou a governar em coligação com o Partido Socialista Operário Espanhol, existe um importante problema dentro da sua estrutura organizativa, não sabemos se é porque há internamente qualquer elemento alheio ao mesmo que impede o seu crescimento (f), se é porque a falta de perspicácia ou é por outras razões ignotas para o nosso entendimento. O caso é que não consegue sobrepor-se a todas as dificuldades, obstáculos e mesmo armadilhas, que sabemos há, para aglutinar as energias em favor da defesa dos interesses galegos e juntar esforços com outras formações que poderiam colaborar para governar e dirigir o País em favor de si próprio.

Existem movimentos, ou falta deles, fáceis de perceber desde uma visão exterior, como seriam unificar todo o leque partidário galeguista ou impulsionar uma formação galeguista à sua direita para tirar-lhe votos ao PP, impedindo-lhe mais maiorias absolutas.

O PP no governo desde 1981 (exceto durante quase sete anos: 1987-1990 e 2005-2009) dedicou-se a desarmar a Galiza fazendo-a mais vulnerável do que antes era e formando uma sociedade de desafetos pelo País que puxam pela desapareção da realidade nacional do País. Nesta altura, uma vez o Estado ficou cansado das autonomias, envia legados anunciando a destruição do que com tanto sofrimento construíram os nossos galeguistas. Perante isto, do nosso ponto de vista, muito planificado, o Bloco, que é quem melhor poderia operar por ser o único partido galego com representação institucional, permite-se o luxo de não unir esforços com outras formações galegas fazendo com que em abril de 2019 a Galiza não tenha representação em Madrid em momentos tão delicados, mas louva e festeja que duplicou votos (sic!); igualmente, e já desde há décadas, nega a possibilidade de impulsionar por meio de alianças a entrada de partidos que pudessem penetrar no eleitorado do incombustível mas corrupto PP. De sempre, a dirigência do Bloco favoreceu a entrada de todos os partidos dentro do BNG mas sempre e quando aceitasse a direção da UPG (g) de ideologia marxista-leninista. Isso, evidentemente, não favorece o entendimento com partidos não-marxistas mas poderia haver qualquer outro tipo de entendimento, tipo coligação exterior, isto é, uma coligação na que o partido coligado não entrasse dentro da estrutura do BNG conformado a

dia de hoje por cinco partidos (h).

Sendo assim, a chegada do discurso galeguista a possíveis votantes do denominado centro ou centro-direita favoreceria a entrada no celeiro dos votos do PP, coisa que o BNG por si próprio nunca seria capaz de chegar pela sua condição de partido atualmente comunista. Se o Bloco faz isto é por permanecer fiel à sua filosofia social mas isso não beneficiou a defesa da nação perante as ameaças acontecem na atualidade. Bem é certo que durante os anos 90 e parte dos últimos anos do presente século XXI o conjunto dos partidos que conformaram o BNG incluiu historicamente formações de carácter social-democrata de centro-esquerda e inclusivamente de centro-liberal, como o extinto PNG-PG cisão da Coligação Galega que conseguiu onze assentos no parlamento galego em 1985. Na altura, sendo o Bloco um partido mais plural favorecia a confiança de muita gente que não se sentia próxima aos mandos diretivos próximos à UPG mas a dia de hoje a parcialidade é maior. A rutura de 2012 foi ocasionada pelas grandes diferenças ideológicas entre as forças não adeptas à direção colegiada. Esta situação faz com que a dia de hoje a Galiza sofra as consequências dessas tensões nas que a direção não aceite outra forma de unidade diferente àquela na que ela tem o controle. Isto faz com a Galiza esteja ausente do Parlamento espanhol recentemente constituído na sua 13 legislatura, a pesar de que a situação política promete grandes surpresas na configuração do Estado uma vez se apanhe o caminho de resolução do problema de Catalunha para bem ou para mal.

Consequentemente:

1. A Galiza está debilitada e a sua condição a dia de hoje é a de nação ameaçada dentro do Reino da Espanha.
2. O momento político do Estado é prévio a uma grande mudança
3. A falta de representação galeguista nas instituições faz-nos pensar que vamos repetir situações já sabidas nas que a Galiza nem corta nem pincha. Desta vez não vai falar Samora por nós, nem nos serve com pagar 150,000 ducados para comprarmos a representação como fizeram personagens históricos como o Conde de Lemos e o Conde de Gondomar em 1623.
4. Desta volta se a Catalunha conseguir os objetivos dos partidos catalães poderíamos perder um grande aliado e motor fundamental que sempre impulsionou a descentralização do Estado. Se não for assim, com certeza que os avanços para Catalunha hão de ser só para ela. Nesta vez provavelmente não vai haver “café para

todos". Se o processo incluir o País Basco, os resultados serão piores porque poderíamos ficarmos nós só dentro dum Estado que exerceu e exerce um genocídio incruento, sem qualquer tipo de compaixão pela sua parte, no qual, em vez de nos opormos ao processo, preferimos colaborar com a nossa própria autodestruição como povo e como nação ao não escolhermos uma representação que nos ajude a conseguir uma melhor situação sócio-económica e maiores quotas de auto-governo.

5. A solução está nos galegos, mas os galegos desestruturados e sem liderado nunca poderemos fazer nada, por isso em realidade a responsabilidade vai estar na capacidade de que o Bloco seja capaz de agir inteligentemente, de relacionar-se com outras forças políticas galegas e somar forças com elas, de trabalhar com pragmatismo deixando de lado estorvos ideológicos que impeçam centrar-se na Galiza e superar o complexo de que sempre são os média, os votantes, o quaisquer outros elementos alheios, os culpáveis de não conseguirmos objetivos. Se a responsabilidade da não presença de defensores da Galiza não é assumida pelo Bloco, então é que a este não se lhe poderá conceder a confiança para exercer a liderança do galeguismo porque não consegue resultados nem gera confiança, nem reconhece erros, nem gera respeito, nem faz do objetivo algo que possa ser visualizado como possível, nem faz que todos os que trabalhamos pelo país tenhamos o prémio de vermos que a cousa avança. Nesse caso, o galeguismo deverá ser repensado, reorganizado e adaptado aos novos tempos.

Comentários:

(a) Denominada esta última de "primavera dos povos" da qual foi prelúdio a Revolução galega de 1846.

(b) São essas as ideias de liberdade, igualdade, resistência a qualquer opressão, independências nacionais contra qualquer forma imperialismo, representação política exercida por eleição e participação livre nos assuntos do país, assim como responsabilidade dos administradores-eleitos perante os administrados-eleitores, liberdade de expressão, de opinião, de intimidade, de propriedade, dignidade da pessoa perante a lei, ideia de interesse público sustentado por toda a cidadania, a separação real dos poderes dos Estados, direito à vida e à integridade, etc...

(c) Nomeadamente o flamenco.

(d) Uns 14. milhões de pessoas com Bilhete de Identidade espanhol sobre um total de 47

milhões falam línguas diferentes do castelhano, o que supõe quase um 30% dos habitantes do Estado. Muitos, para andar privando de direitos a tanta gente.

(e) Não entramos nas teimas homofóbicas da ultra-direita assim como patriarcalistas radicais e de autêntica vontade em derrogar as leis de proteção da mulher perante as agressões machistas.

(f) Sabemos que durante a época franquista chegaram autênticos paraquedistas à Universidade galega para desconstruírem o paradigma galeguista que tinha sido construído durante os anos 20 e 30 do século XX por grandíssimos intelectuais que sentaram as bases do conhecimento da realidade do País, tanto do ponto de vista historiográfico quanto linguístico.

(g) A UPG é o partido que desde a sua conformação, dirige o BNG, que não é partido, mas frente de partidos. A sua forma de governo é por meio de decisões tomadas em assembleia onde a UPG leva sido maioritária desde a sua criação.

(h) São estas: UPG (União do Povo Galego) o partido diretor de ideologia comunista; MGS (Movimento Galego ao Socialismo) também adepta ao marxismo-leninismo; FOG (Frente Operária Galega) igualmente marxista e anti-capitalista, A.EDG (Abrente-Esquerda Democrática Galega) de tendência social-democrata e GN (Galiza Nova) comunista. Esquemáticamente o BNG conforma-se assim: BNG (UPG-MGS-FOG-A.EDG-GN) mas nós denominaríamos de coligação exterior a isto: XX-BNG, onde o XX seria um hipotético partido não marxista.